

RELATÓRIO 2020

PLANO DE LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL



Tribunal Regional Eleitoral
DE ALAGOAS

**RELATÓRIO DE DESEMPENHO
DO PLANO DE LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL (ANO – 2020)**

*Maceió
Fevereiro de 2021*



Tribunal Regional Eleitoral
DE ALAGOAS

PRESIDENTE

Desembargador Otávio Leão Praxedes

VICE- PRESIDENTE E CORREGEDOR

Desembargador Washington Luiz Damasceno Freitas

DIRETOR-GERAL

Dir. Maurício de Omena Souza

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Sec. José Ricardo Araújo e Silva

ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Assessoria de Planejamento e de Gestão Socioambiental - APGS

Abionésimo Marinho da Rocha

CAPA

Escola Judiciária

Mônica Maciel Braga de Souza

UNIDADES RESPONSÁVEIS PELA DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP

Coordenadoria de Infraestrutura - COINF

Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

Seção de Almoxarifado - SEALMOX

Seção de Administração de Prédios e Veículos - SAPEV

Seção de Manutenção e Reparos - SMR

Seção de Gestão de Contratos - SEGEC

Núcleo Socioambiental - NSA

Relatório de desempenho do Plano de Logística Sustentável do TRE/AL

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Resolução CNJ nº 201/2015, DJE de 09/03/2015.

Resolução do CNJ nº 249/2018

Resolução TSE nº 23.474/2016

Portaria da Presidência nº 626/2015, DEJEAL de 17/12/2015.

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável
(Portaria nº 430, de 21 de agosto de 2015)

Maurício de Omena Souza
Diretor-Geral
Presidente da Comissão Gestora do PLS

Ney Willer S. S. da Palma
Assessor de Gestão Estratégica

Dóris Maria de Luna Tenório
Presidente do Núcleo Socioambiental

Andrea Cristina de Lima Belchior
Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

Fernando Antônio Pimentel de Barros
Seção de Administração de Prédios e Veículos

Cliciane de Holanda Ferreira Calheiros
Secretaria Judiciária

Carlos Henrique Tavares Méro
Secretário de Tecnologia da Informação

Katherine Maria Ferro Gomes Teixeira
Secretária de Gestão de Pessoas

Flávia Lima Costa Gomes de Barros
Assessoria de Comunicação Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2020 E EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DOS INDICADORES.....	08
2.1 USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS.....	08
2.1.1 PAPEL.....	08
2.1.2 COPOS DESCARTÁVEIS.....	11
2.1.3 ÁGUA ENVASADA EM GARRAFAS E GARRAFÕES.....	13
2.2 IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS INSTALADOS.....	14
2.2.1 CARTUCHOS PARA IMPRESSÃO.....	14
2.3 ENERGIA ELÉTRICA.....	15
2.4 ÁGUA E ESGOTO.....	17
2.5 COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS.....	18
2.6 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO.....	19
2.7. TELEFONIA.....	20
2.8 VIGILÂNCIA.....	21
2.9 LIMPEZA.....	22
2.10 DESLOCAMENTO DE PESSOAL.....	23
2.11 LAYOUT.....	24
2.12. DIVULGAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO.....	24
2.13 COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	28
3.IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS EM 2021.....	31
4. CONCLUSÃO.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Desempenho do indicador consumo de papel.....	08
Tabela 2. Desempenho do indicador de copos descartáveis.....	11
Tabela 3. Desempenho do indicador de água envasada.....	13
Tabela 4. Desempenho do indicador impressão.....	14
Tabela 5. Desempenho do indicador de energia elétrica (kwh).....	15
Tabela 6. Desempenho do indicador de água e esgoto.....	17
Tabela 7. Desempenho do indicador de telefonia fixa e móvel.....	20
Tabela 8. Desempenho do indicador vigilância.....	21
Tabela 9. Desempenho do indicador limpeza.....	22
Tabela 10. Desempenho do indicador veículos.....	23
Tabela 11. Desempenho do indicador layout.....	24

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório visa atender às disposições da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 201, de 3 de março de 2015 e da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 23.474/2016. Tais normativos determinam a elaboração do relatório de desempenho do Plano de Logística Sustentável organizacional com vistas a acompanhar as ações realizadas, as metas alcançadas e os resultados medidos através de indicadores.

Impõe-se ressaltar que a Comissão Gestora do PLS do TRE/AL foi instituída pela Portaria da Presidência nº 430 de 21 de agosto de 2015 (DJE de 24/08/2015). Ato contínuo a comissão apresentou à Alta Administração o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (PLS-TRE-AL).

O PLS do TRE/AL foi instituído pela Portaria nº 626/2015, DJEAL de 17/12/2015.

Deve-se destacar que, no ano de 2020, as ações propostas no Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas sofreram impacto das medidas de prevenção no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrentes do Novo Coronavírus, especialmente aquelas previstas na Portaria Conjunta Nº 4/2020 – TRE-AL/PRE/AEP, que fixou regras de restrição aos trabalhos presenciais em todas as Unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e em contrapartida, implantou a modalidade de trabalho remoto pelos servidores.

Não obstante a questão da pandemia de COVID-19, vale ressaltar que em 2020 ocorreram as Eleições Municipais, que ocasionou a necessidade de um maior consumo de insumos e materiais, em relação ao ano de 2019.

O presente documento traz o resultado dos principais indicadores constantes do Plano de Logística Sustentável – PLS, assim como, as ações previstas para o ano de 2021.

2. CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2020 E EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DOS INDICADORES

Tendo como referência os oito temas estabelecidos no PLS do Tribunal, foram elaborados planos de ação, cujos acompanhamentos são a seguir resumidos:

2.1 USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS

2.1.1 Item: Consumo de papel: Objetivo: Reduzir a quantidade de papéis impressos no Tribunal (Secretaria e Cartórios Eleitorais).

		Papel				
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração				
		2016	2017	2018	2019	2020
Consumo de papel branco próprio	Quantidade (resmas) de papel branco utilizadas	80	378	397	540	134
Gasto com aquisição de papel branco próprio	Valor (R\$) gasto com a compra de papel branco	R\$ 915,12	R\$ 4.335,22	R\$ 4.553,69	R\$ 7.043,01	R\$ 2.094,74
Consumo de papel reciclado próprio	Quantidade (resmas) de papel reciclado utilizadas	3945	2555	1818	1307	1238
Gasto com aquisição de papel reciclado	Valor (R\$) gasto com a compra de papel reciclado	R\$ 47.875,96	R\$ 31.049,78	R\$ 22.105,10	R\$ 19.605,00	R\$ 18.373,98
Consumo total de papel branco e reciclado	Quantidade total de resmas de papel branco e reciclado utilizadas	4025	2933	2215	1847	1372

Tabela 1. Desempenho do indicador consumo de papel.

A quantidade de resmas de papel branco utilizadas no exercício 2020, apresentou uma diminuição de 75,19% (de 540 para 134 resmas/ano) em relação ao ano de 2019. Também tivemos uma diminuição na utilização de resmas de papel reciclado de 5,28% (de 1307 para 1238 resmas/ano). No momento geral, a quantidade de papel continuou decrescendo em, aproximadamente, 25,72% com relação ao período anterior.

Nesse sentido, como objetivo para 2020, foi realizado um planejamento para continuidade das campanhas de conscientização, inclusive, com metas a serem alcançadas individualmente pelas unidades, pois ainda é visível no Tribunal um número excessivo de impressões, detectado notadamente em anos Eleitorais.

Com efeito, em 2020, foi ampliada a Instalação, nos computadores que ainda não possuíam o sistema do software *Papercut* que apura a quantidade de impressão, podendo ser feito planejamento para viabilização durante as visitas técnicas da Tecnologia da Informação.

A previsão para 2021 é que haja uma redução maior no consumo de papéis neste regional, devido a expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Entre as iniciativas em andamento para assegurar o objetivo previsto estão as campanhas de conscientização quanto ao consumo consciente e adoção de medidas ambientalmente corretas, além da publicação da Portaria nº 39/2020 da Presidência do TRE-AL que regulamentou o uso de copos descartáveis e dispõe sobre a racionalização do uso de papéis para impressão na Justiça Eleitoral de Alagoas.

Campanhas de Sensibilização



2.1.2 Item: Consumo de copos descartáveis. Objetivo: Redução do consumo anual de copos descartáveis.

Copos Descartáveis						
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração				
		2016	2017	2018	2019	2020
Consumo de copos de 200 ml descartáveis	Quantidade (centos) de copos de 200 ml	3398	1797	1509	1417	1929
Gasto com aquisição de copos de 200 ml	Valor (R\$) gasto com a compra de copos de 200 ml	R\$ 7.917,34	R\$ 4.007,31	R\$ 2.882,19	R\$ 2.706,47	R\$ 4.953,28
Consumo de copos de 50 ml descartáveis	Quantidade (centos) de copos de 50 ml	623	236	213	167	33
Gasto com aquisição de copos de 50 ml	Valor (R\$) gasto com a compra de copos de 50 ml	R\$ 679,07	R\$ 261,96	R\$ 236,43	R\$ 298,00	R\$ 49,17

Tabela 2. Desempenho do indicador de copos descartáveis.

Em 2017, foi possível observar uma radical redução no consumo de copos descartáveis utilizados para consumo de água e café, devido a substituição dos copos descartáveis por canecas de porcelana, para água e café, por iniciativa do Núcleo Socioambiental.

Quanto ao consumo de copos de 200ml (água), houve em 2020 um aumento de 36% em relação ao ano de 2019. Contribuiu para esse fato a necessidade de uma maior distribuição do item ao Fórum Eleitoral de Maceió, durante o período de preparação das urnas eletrônicas, para o uso nas Eleições Municipais, especialmente nos meses de outubro e novembro, quando os trabalhos de carga foram concentrados naquela unidade.

Esta distribuição foi decorrente das medidas sanitárias impostas pelo combate a COVID-19, tendo em vista a interdição dos bebedouros de coluna existentes naquela unidade, e o aumento do fluxo de pessoas durante esse período.

Registra-se também em 2020, uma diminuição de aproximadamente 80%, no consumo de copos de 50 ml (café).

Vale ressaltar a publicação da Portaria nº 39/2020 da Presidência do TRE-AL, em 13 de fevereiro de 2020, que suspendeu, definitivamente, a disponibilização, na Justiça Eleitoral de Alagoas, de copos plásticos descartáveis para consumo de bebidas quentes ou frias, pelo membros servidores efetivos/comissionados, requisitados, estagiários, terceirizados e colaboradores eventuais. A disponibilização de copos descartáveis, fica restrita apenas e exclusivamente ao atendimento do público externo nas Zonas Eleitorais do Interior do Estado de Alagoas, Centrais de Atendimento ao Eleitor de Maceió e de Arapiraca e nas ações externas determinadas.

Além disso, a referida Portaria também determinou que em novas aquisições, sempre que possível, os copos descartáveis de plástico deverão ser substituídos por copos descartáveis de papel, ou de outro material biodegradável.

Como objetivo para 2020, foi realizado um planejamento de distribuição de copos, sendo utilizadas como premissas instituidoras a demanda de público externo na referida unidade. Tal premissa serviu de sucedâneo para o recebimento ou não deste material nas diversas unidades deste Tribunal.

2.1.3 Item: Consumo de água envasada em garrafas de 500 ml e garrafões de 20 litros.

Água Envasada						
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração				
		2016	2017	2018	2019	2020
Consumo de água envasada em embalagens plásticas	Quantidade (unidades) de garrafas descartáveis consumidas	73161	0	181080	0	136512
Consumo de garrafões de água de 20 litros	Consumo de garrafões de água de 20 litros	3245	2600	3300	2862	2350
Gasto com aquisição de garrafões de 20 litros	Valor (R\$) gasto com a compra de garrafões de 20 litros	R\$ 13.763,75	R\$ 9.445,00	R\$ 11.730,00	R\$ 10.814,40	R\$ 9.210,00

Tabela 3. Desempenho do indicador de água envasada.

Em relação ao consumo de água envasada em garrafas de 500 ml, ressaltamos que só ocorre nos anos eleitorais, sendo necessário para viabilizar a disponibilização de água aos mesários que trabalham nos 1º e 2º turnos das Eleições. Ainda assim, é importante notar a redução que ocorreu comparando-se os anos eleitorais de 2018 e 2020, aonde tivemos uma diminuição de 24,61% em 2020.

Já em relação ao fornecimento de água envasada em garrafões de 20 litros, em 2020, foi verificado um consumo de 2350 unidades, que corresponde a uma redução de 17,89% em relação ao ano anterior.

2.2 IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS INSTALADOS.

2.2.1 Item: Cartuchos para impressão. Objetivo: Redução do consumo de cartucho para impressão.

Impressões						
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração				
		2016	2017	2018	2019	2020
Impressões de documentos totais	Quantidade total de impressões	761417	370229	371966	304063	160347
Equipamentos instalados	Quantidade de equipamentos instalados por unidade de trabalho	475	165	442	102	82
Gasto com Aquisições de suprimentos	Valor (R\$) gasto com a compra de suprimentos	R\$ 115.767,74	R\$ 91.399,18	R\$ 77.259,00	R\$ 35.354,18	R\$ 20.353,60
Gasto com contratos de outsourcing de impressão	Valor (R\$) gasto com o posto de impressão	R\$ 83.057,04	R\$ 81.159,31	R\$ 81.425,04	R\$ 88.293,42	R\$ 32.719,38

Tabela 4. Desempenho do indicador impressão.

No que diz respeito à meta focada em reduzir em 2% o consumo anual de cartuchos de impressão a partir de 2016, tendo como referência o histórico de consumo do ano de 2015, existe a tendência de que a meta seja anualmente ultrapassada, haja vista a implantação do SEI (sistema eletrônico de informações) estabelecido para tramitação virtual dos processos administrativos e do Pje para tramitação virtual dos processos judiciais.

No ano de 2020, tivemos uma redução de 56,89% na quantidade total de impressões no Tribunal, em relação ao ano de 2019. Já em relação aos gastos com suprimentos para impressão, a redução em 2020 foi de 42,43% quando comparado com o ano anterior.

2.3 ENERGIA ELÉTRICA. Objetivo: Aumentar a eficiência do consumo de energia elétrica promovendo a redução efetiva do consumo (em KW/h).

Energia Elétrica						
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração				
		2016	2017	2018	2019	2020
Consumo de energia elétrica	Quantidade de Kwh consumidos	617675	1659368	821712	1354160	879436
Gasto com energia elétrica	Valor (R\$) da fatura	R\$ 682.653,43	R\$ 767.674,12	R\$ 970.829,03	R\$ 965.991,82	R\$ 724.130,40

Tabela 5. Desempenho do indicador de energia elétrica (kwh).

Os valores de 2016 e 2018 não levaram em conta vários cartórios do interior quanto a mensuração do consumo em Kwh consumidos.

Podemos observar que houve uma redução de 35% na quantidade de Kwh consumidos em 2020, quando comparado com o ano de 2019. Assim como, também tivemos em 2020, uma redução de 25% nos gastos com energia elétrica, em relação ao ano anterior.

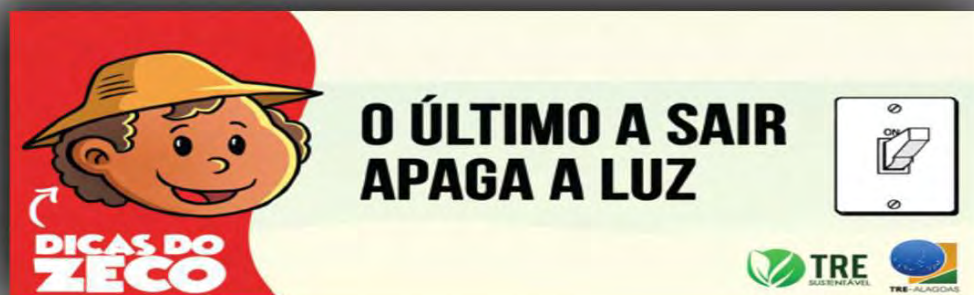
As três ações estabelecidas para serem executadas a partir de 2016, foram priorizadas e encontram-se em execução no momento, quais sejam: utilização, sempre que possível, de sensores de presença em locais de trânsito de pessoas; substituição paulatina, sempre que possível, de lâmpadas com maior eficiência energética e realização de campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso de energia elétrica.

Com efeito, o corpo de servidores da unidade técnica responsável pela Seção de Manutenção e Reparos do Regional possui a incumbência de buscar ao máximo a implantação de ações com enfoque na sustentabilidade no âmbito da consciência coletiva ambiental, seguindo o estudo e aplicação dos critérios de Eficiência, Eficácia e Economicidade da Administração Pública.

Não por outro motivo o Tribunal procura aplicar ações de eficiência energética através da priorização máxima de iluminação e ventilação naturais, técnicas de redução de desperdício de material na construção civil, aplicação de

materiais que proporcionem o mínimo de manutenção periódica além da utilização de materiais locais e de fácil aquisição e reposição.

Campanhas de Sensibilização



2.4 ÁGUA E ESGOTO. Objetivo: Redução do consumo de serviço de água e esgoto.

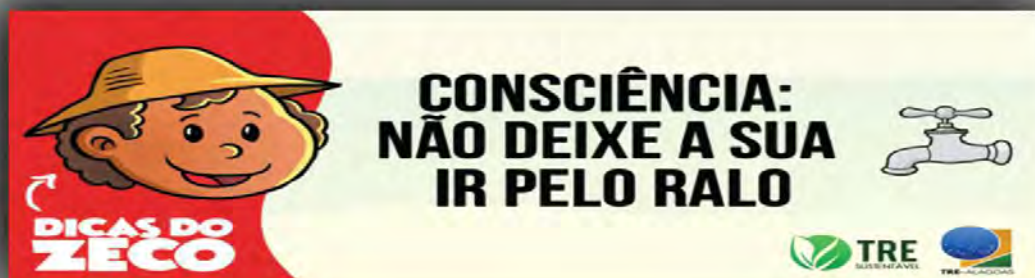
ÁGUA E ESGOTO						
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração				
		2016	2017	2018	2019	2020
Volume de água consumido	Quantidade de m ³ de água	9789	8367	8189	7502	5457
Gasto com água	Valor (R\$) da fatura	R\$ 128.303,43	R\$ 132.268,95	R\$ 147.310,83	R\$ 105.408,84	R\$ 96.628,97

Tabela 6. Desempenho do indicador de água e esgoto.

As duas ações previstas no PLS estão em execução, quais sejam: adotar medidas para evitar o desperdício de água e realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da água.

Podemos observar que houve uma redução no ano de 2020 de 27,26% na quantidade de m³ de água consumida, em relação ao ano anterior. Da mesma forma, também tivemos um redução de 8,33% no gasto com água em 2020.

Campanhas de Sensibilização



2.5 COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS. Objetivo: Promover a coleta e a destinação adequadas dos resíduos sólidos gerados no Tribunal.

O TRE/AL, através do Núcleo Socioambiental, realiza campanhas de informação e sensibilização dos usuários do Tribunal acerca dos tipos de resíduos e formas corretas de descarte, coleta e destinação final.

Registra-se, por oportuno, que tendo em vista a meta estabelecida no PLS, consistente em viabilizar a coleta e o descarte adequados dos resíduos sólidos, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas efetua, através de política de desfazimento de bens, a destinação de materiais de informática que ainda podem ser aproveitadas para outros destinatários. De mais a mais, baterias de urnas eletrônicas e baterias de nobreaks são armazenadas e aguardam o recolhimento periódico, realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

No que se refere a coleta seletiva de resíduos, foi firmado o Termo de Compromisso nº 01/2019 com a Cooperativa dos Catadores da Vila Emater – COOPVILA, que tem como objetivo a destinação de material reciclável (papel, papelão, plásticos, metais, vidros, etc), no intuito de contribuir para a causa socioambiental, encaminhando semanalmente resíduos à reciclagem e gerando fonte de renda aos catadores cooperados.

Campanhas de Sensibilização





2.6 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO. Objetivo:

Promover continuamente o bem-estar organizacional por meio do aprimoramento das condições de trabalho.

O Tribunal, apesar das restrições orçamentárias dos últimos exercícios, está implantando modelo de gestão de pessoas baseado em competências, envolvendo atualização da descrição de cargos, mapeamento e avaliação, de forma a melhor adequar a lotação dos servidores com as suas competências, promovendo maior bem-estar no trabalho. O referido projeto está sendo executado através de empresa especializada, devidamente contratada, estando em execução desde 2016.

No decorrer do ano de 2017 foram realizadas oficinas de coleta dos mapas de atribuição por produto – MAPs em todas as unidades da Secretaria do Tribunal, bem como deu-se a validação dos mapas de atribuições que foram elaborados. No decorrer do ano de 2018, foram instituídas 3 (três) comissões para implantação da Gestão por Competência neste Regional (Comitê de Implantação, Estratégico e de Validação) e oficinas de coleta dos mapas de atribuição por produto – MAPs- em todas as unidades da Secretaria do Tribunal, bem como deu-se a validação dos mapas de atribuições que foram elaborados.

Por outro lado, a equipe responsável pelo programa “Mais Qualidade

de Vida”, instituída pela Portaria da Presidência nº 746, de 26 de setembro de 2014, anualmente cumpre com o desenvolvimento das ações previstas, objetivando a promoção de um ambiente físico de trabalho seguro e saudável, incluindo a viabilização de palestras relacionadas à sustentabilidade, saúde física, mental e espiritual, além de integração e conhecimento, cumprindo com a meta estabelecida para o referido plano de ação.

Cabe ressaltar que, no ano de 2020, houve uma redução significativa das ações decorrentes do programa “Mais Qualidade de Vida”, em decorrência da pandemia mundial do COVID-19, e a consequente suspensão do expediente presencial em todas as Unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

Dentre as ações realizadas, podemos destacar:

- 1- Feliz Dia das Mães;
- 2- I Ciclo de Palestras de Saúde;
- 3- Bate Papo Sobre Doenças Virais: COVID-19;
- 4- Bate Papo sobre o retorno às atividades presenciais;
- 5- Campanha Solidária: Adote Um Idoso;
- 6- Prevenção em Rosa e Azul (diagnóstico precoce exige exames periódicos).

2.7 TELEFONIA. Objetivo: Redução de consumo com a telefonia fixa e móvel.

Telefonia						
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração				
		2016	2017	2018	2019	2020
Gasto médio do contrato de telefonia fixa	Valor (R\$) da fatura	R\$ 143.853,16	R\$ 128.322,06	R\$ 104.238,73	R\$ 88.353,35	R\$ 73.909,91
Gasto médio do contrato de telefonia móvel	Valor (R\$) da fatura	R\$ 37.341,00	R\$ 46.612,22	R\$ 37.602,69	R\$ 39.238,45	R\$ 41.745,25

Tabela 7. Desempenho do indicador de telefonia fixa e móvel

Os gastos médios com telefonia fixa apresentaram, em 2017, redução de 10,79% em relação a 2016. Já em 2018, apresentaram uma redução de 18,76% em relação a 2017. Em 2019, a redução com relação a 2018 foi da ordem de 15,23%. No ano de 2020, a redução em relação a 2019 foi de 16,35%, o que demonstra uma redução constante a partir de 2017.

Além de práticas de sustentabilidade e campanhas de sensibilização, a Portaria 386/2017 do TRE-AL estabeleceu novos limites mensais para despesas com telefonia fixa nos cartórios eleitorais. Outro instrumento importante para coibir excessos é a Ordem de Serviço da Presidência nº 04/2007.

Ressaltamos, ainda, a utilização dos serviços de Voip que se utiliza da internet para chamadas telefônicas por meio de qualquer dispositivo conectado, evitando assim os gastos exorbitantes. Vale lembrar ainda que, em chamadas Voip, as conversas entre ramais têm custo zero, mesmo entre unidades alocadas em regiões diferentes.

Em 2020, face à necessidade de comunicação, nos Cartórios Eleitorais e na Sede do Tribunal, em virtude dos atos preparatórios e procedimentais às Eleições Municipais 2020, e, considerando-se o trabalho remoto instituído no Tribunal, em decorrência da pandemia mundial do COVID-19, fez-se necessário uma maior utilização da telefonia móvel, motivo pelo qual identificamos um aumento de 6%, nos gastos referentes do contrato de telefonia móvel.

2.8 VIGILÂNCIA. Objetivo: Avaliar a necessidade dos postos contratados.

Vigilância						
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração				
		2016	2017	2018	2019	2020
Valor inicial do posto	Valor anual total do contrato (R\$)	R\$ 2.347.586,00	R\$ 2.270.689,34	R\$ 2.166.730,50	R\$ 2.023.130,67	R\$ 1.250.977,55
	Quantidade de postos	25	23	22	20	12

Tabela 8. Desempenho do indicador vigilância.

Houve a retirada de todos os postos do interior e a realização de estudo para viabilidade de ampliação do sistema de vigilância eletrônica em 2020. A redução foi reflexo das medidas tomadas em razão da contenção orçamentária pela qual a Justiça Eleitoral passou no período.

Observamos em 2020, uma redução de 38% no valor anual total do contrato, quando comparado ao ano de 2019. Esta redução segue uma tendência que vem ocorrendo desde o ano de 2016.

2.9 LIMPEZA. Objetivo: avaliar o gasto com limpeza, incentivando o uso sustentável dos recursos e conservação do meio ambiente.

Limpeza						
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração				
		2016	2017	2018	2019	2020
Gasto de limpeza pela área construída	Valor (R\$) anual do contrato	R\$ 470.804,41	R\$ 560.424,72	R\$ 542.274,69	R\$ 589.206,15	R\$ 596.925,83
	Área construída	9.787 m ²	19.233,91 m ²	19.233,91 m ²	19.233,91 m ²	19.064,62 m²
Gasto com material de limpeza	Valor (R\$) gasto com aquisição de material de limpeza	R\$ 138.017,22	R\$ 69.197,12	R\$ 76.302,36	R\$ 147.678,86	R\$ 367.908,11

Tabela 9. Desempenho do indicador limpeza.

Quando olhamos o valor do gasto com aquisição de material de limpeza, referente ao ano de 2020, podemos observar um aumento significativo em relação ao ano de 2019, este fato se deve pela necessidade de aquisição de vários itens extras, que foram utilizados em todas as Unidades do Tribunal, no enfrentamento a epidemia de COVID-19, por força do retorno das atividades presenciais e pela realização das Eleições Municipais 2020. Neste sentido, foi essencial a aquisição de alguns materiais, tais como: álcool em gel, álcool etílico líquido 70° INPM, baldes duplo para mop, dispensers para álcool em gel e sabonete líquido, lixeiras cilíndricas em aço inox de 12L, 20L e 30L, papel toalha rolo, etc.

Os materiais adquiridos para o enfrentamento ao COVID-19, são responsáveis pelo valor de R\$ 202.617,00, ou seja, eles representam 55% do total de gastos com aquisição de material de limpeza para o ano de 2020.

2.10 DESLOCAMENTO DE PESSOAL. Objetivo: Promover a racionalização no uso do transporte e a redução da emissão de poluentes.

Veículos						
Nome do Indicador/ Índice	Descrição	Apuração				
		2016	2017	2018	2019	2020
Veículos para transporte de servidores, tramitação de documentos e demais atividades funcionais	Quantidade de veículos	20	21	19	21	23
Veículos para transporte de magistrados	Quantidade de veículos	3	4	4	4	2
Gasto com manutenção dos veículos da frota	Valor (R\$) da fatura do total de contratos de manutenção	R\$ 78.467,35	R\$ 57.648,74	R\$ 40.570,06	R\$ 17.694,17	R\$ 58.861,53
Km – Quilometragem	Quilometragem percorrida pelos veículos	352484	240560	285645	224878	292958

Tabela 10. Desempenho do indicador veículos.

O TRE/AL possui normativo interno para definição de procedimentos para uso da frota de veículos. A meta estabelecida para este tema é de reduzir a quantidade de quilômetros rodados com transporte de servidores em 2%, tomando-se como parâmetro os anos eleitorais e não eleitorais.

Observamos que em 2020 houve um aumento na quilometragem percorrida pelos veículos do Tribunal, tanto em relação ao ano de 2019, quanto ao ano de 2018, que também foi ano eleitoral. Esse aumento se justifica pela necessidade de distribuição dos materiais de enfrentamento ao COVID-19, para todas as unidades do Tribunal no Estado de Alagoas.

2.11 LAYOUT

Layout						
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração				
		2016	2017	2018	2019	2020
Valor gasto com reformas nas unidades	Valor (R\$) gasto com reformas nas unidades no ano vigente	R\$ 304.560,70	R\$ 321.684,61	R\$ 72.035,00	R\$ 1.612.590,96	R\$ 109.091,12

Tabela 11. Desempenho do indicador layout.

No exercício de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19, a rotina de reformas do TRE-AL restou prejudicada, motivo pelo qual houve uma redução de mais de 90% nos gastos em comparação ao ano de 2019.

Em relação aos gastos do ano de 2020, tivemos R\$ 61.622,08 (sessenta e um mil, seiscentos e vinte e dois reais e oito centavos) referente aos projetos complementares da reforma da Antiga Sede e R\$ 47.469,04 (quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quatro centavos) referente a valores pagos da obra de Recuperação Estrutural da Antiga Sede. Em ambos os casos, as reformas foram contempladas a destinação correta dos resíduos de construção e demolição, enfatizando a sustentabilidade das intervenções contratadas pelo TRE-AL.

2.12 DIVULGAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO. Objetivo: Divulgar o Plano de Logística Sustentável, sensibilizar e capacitar Magistrados e servidores em assuntos relacionados à sustentabilidade.

Em decorrência da pandemia de COVID-19, e conseqüentemente, pela implantação do trabalho remoto no Tribunal, a partir do mês de março de 2020, tivemos impacto direto na realização das ações de sensibilização e capacitação dos servidores, em temas ligados à sustentabilidade, racionalização e consumo consciente.

Neste sentido, importa registrar que o Núcleo Socioambiental do TRE-AL promoveu, com o apoio do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, a 1ª Feira Agroecológica do TRE-AL, ocorrida em 06.03.2020, momento no qual os servidores tiveram acesso a alimentos orgânicos, de origem vegetal ou animal, oriundos de sistemas que promovem o uso sustentável dos recursos naturais, produzem alimentos livres de contaminantes e protegem a biodiversidade.

Também ocorreu, no dia 24 de janeiro de 2020, a entrega das tampinhas plásticas coletadas no prédio sede do TRE-AL, através da Campanha Tampinha Legal, à Diretora de Comunicação do “Instituto Amor 21”, que presta assistência às pessoas com síndrome de Down e seus familiares.

Com o objetivo de substituir os copos descartáveis no Tribunal, houve a aquisição de copos biodegradáveis no exercício de 2020, mediante a publicação da Portaria nº 39/2020 da Presidência do TRE-AL, em 13 de fevereiro de 2020, que suspendeu, definitivamente, a disponibilização, na Justiça Eleitoral de Alagoas, de copos plásticos descartáveis para consumo de bebidas quentes ou frias, pelo membros servidores efetivos/comissionados, requisitados, estagiários, terceirizados e colaboradores eventuais. Tal ação, fundada em critérios de sustentabilidade, teve o condão de ajudar a reduzir o impacto ambiental, já que os copos descartáveis provêm do petróleo, fonte não renovável e quando dispostos em lixões abertos ou aterros sanitários demoram centenas de anos para se degradarem.

No início do ano de 2020, o Núcleo Socioambiental desenvolveu campanhas de conscientização para redução de consumo de papel, insumos de informática, energia elétrica, água, telefonia, copos descartáveis, uso de veículos, coleta seletiva e qualidade de vida no trabalho.



Olá, servidor!! Eu sou o Zeco, um jangadeiro nascido e criado nas belas praias de Maceió e que precisa do meio ambiente para sobreviver. Fui convidado pelo pessoal da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TRE/AL para dar algumas dicas legais sobre sustentabilidade. Contem comigo!!



TRE
SUSTENTÁVEL

EVITE COPOS DESCARTÁVEIS

substitua os copos descartáveis por canecas ou outros recipientes reutilizáveis. Um copo de plástico pode levar até 300 anos para se decompor na natureza, além de um gasto enorme para os cofres públicos.



USE SUA CANECA

reutilize sua caneca e ajude na economia e no cuidado com o meio ambiente! Ao mudar seus hábitos, você evita que copos descartáveis se acumulem nos aterros e muitas vezes indo parar na natureza.



Entrega das tampinhas plásticas, coletadas na Campanha Tampinha Legal, à Diretora de Comunicação do “Instituto Amor 21” em 24/01/2020.



Realização da 1ª Feira Agroecológica do TRE-AL em 06/03/2020.





2.13 COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS.

Objetivo: Implementar práticas sustentáveis nas licitações de compras e contratações.

O Tribunal tem adotado medidas no sentido de estimular contratações sustentáveis. De fato, essa medida norteou os trabalhos da Comissão instituída para acompanhamento dos projetos da Nova Sede da Secretaria que será erguida com critérios totalmente sustentáveis (uso de energia solar, reutilização de água, etc.).

Não se pode olvidar que todos os resíduos de obras e reformas são de inteira responsabilidades das empresas contratadas, porém o Tribunal exige em Edital e no Projeto Básico das contratações que estes resíduos sejam descartados de forma adequada, numa central de resíduos e/ou num aterro sanitário.

Não por outro motivo foi elaborado no Tribunal novo normativo destinado a regulamentar, no âmbito interno, as contratações. Trata-se da Resolução TRE-AL nº 15.787, de 15 de fevereiro de 2017, a qual traz expressamente dispositivos contendo a obrigatoriedade de observação de critérios de sustentabilidade para elaboração do Projeto Básico ou Termo de Referência, bem como quando da aprovação da contratação.

Em 2020, foram promovidas licitações para aquisição de produtos e contratações de serviços que respeitem o meio ambiente e que não afetem a qualidade de vida desta e de gerações futuras. Os critérios sustentáveis são previstos nas especificações técnicas constantes nos Termos de Referência de forma clara e objetiva.

Alguns aspectos de sustentabilidade adotados no TRE-AL:

1- Fones de ouvido - os materiais devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, e que estejam em conformidade com o Art. 5º, incisos I a IV e seus parágrafos, da IN Nº 01, de 19 de janeiro de 2010 – MPOG;

2- Combustível - o material e tecnologia deverão ser ambientalmente sustentáveis, atendendo as disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Resolução CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução CONAMA Nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos. A contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos;

3- Coletes / Camisas / Material Gráfico - em observância à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, especificamente ao art. 5º, III, os materiais devem ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando material reciclável;

4- Material de Expediente - que os papéis higiênicos sejam confeccionados em material biodegradável e os papéis toalha confeccionados em 100% fibra celulósica. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, e que estejam em conformidade com o Art. 5º , incisos I a IV e seus parágrafos, da IN Nº 01, de 19 de janeiro de 2010 - MPOG;

5- Celulares - a contratada deverá fornecer bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada, bem como ficar encarregada de promover o descarte adequado dos aparelhos, baterias e demais materiais recolhidos, seja quando do encerramento do contrato, por ocasião da substituição por outros, ou quando forem danificados irreversivelmente, seguindo os preceitos da Lei nº 12.305/10, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);

6- Os produtos utilizados pela empresa contratada responsável pela limpeza do Tribunal obedecem às classificações e especificações da ANVISA, observando a Lei n. 6.360/76, regulamentada pelo Decreto n. 8.077/13;

7- Produtos como sabão e detergentes, adquiridos pelo Tribunal, são isentos de fósforo ou com a concentração dentro do limite máximo;

8- Álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões, saponáceos, desinfetantes, inseticidas são adquiridos com a regularidade aferida pela ANVISA;

9- Prioriza-se, quando da aquisição, produtos concentrados e/ou que possuam comercialização em refil;

10- Opta-se, quando possível, pelas assinaturas de revistas e periódicos em versões eletrônicas.

3 . IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS EM 2021.

Para 2021, além das ações de periodicidade continuada, foram previstas:

- Continuidade das etapas do projeto de implantação de modelo de gestão de pessoas baseado em competências;
- Reforçar as Campanhas de conscientização voltadas à intensificação dos procedimentos para redução de impressões e o uso otimizado das demais ferramentas de processos eletrônicos;
- Realização de campanha de redução de consumo de insumos naturais (água, energia) e materiais de consumo;
- Elaboração e divulgação de mensagens de sensibilização referentes a datas comemorativas;
- Capacitação de servidores com vistas à sensibilização para as práticas sustentáveis;
- Evitar alterações desnecessárias e repetitivas de layout com o objetivo de reduzir valores gastos nas reformas das unidades;
- Construção da nova sede do Tribunal. O projeto arquitetônico elaborado pela empresa ENAR Engenharia e Arquitetura Ltda., vencedora do certame licitatório, guarda respeito às modernas práticas de sustentabilidade. Atualmente o Tribunal aguarda liberação de recurso orçamentário para viabilização do processo de execução;
- Criar plano de capacitação baseado nas necessidades comuns de instituições, entre elas as que se referem a saúde e segurança do servidor;

- Organizar/promover ações conjuntas de qualidade de vida tais como feiras agroecológicas, corridas, caminhadas e palestras relacionadas à saúde do trabalhador;
- Elaboração do guia de compras e contratações sustentáveis;
- Aquisição de duas coletoras de tampinhas produzidas pelo “Instituto Amor 21 (Ed.Sede e Fórum Eleitoral);
- Permanência de recolhimento de vidros com tampas plásticas para doação ao banco de leite materno na Maternidade Santa Mônica, haja vista a carência constante deste item;
- Aquisição de dois coletores para medicamentos, para recolhimento de medicamentos vencidos (Edf. Sede e Fórum);
- Coletas de resíduos: eletrodomésticos, informática, celulares, som e TV, entre outros, através da BIO DIGITAL.

4. CONCLUSÃO.

A implementação e o desenvolvimento das práticas de sustentabilidade buscam construir uma nova cultura institucional visando a inserção de critérios sustentáveis nas atividades realizadas pelo Tribunal, envolvendo suas diversas áreas e buscando a integração de todos.

Não se pode olvidar que a incorporação na cultura organizacional das práticas de sustentabilidade é um processo de construção progressiva, sendo que a avaliação periódica e o acompanhamento das ações e indicadores é essencial para a melhoria do desempenho institucional na temática socioambiental.

Esse acompanhamento mais amíúde encontra obstáculo na ausência por parte desta Especializada de uma unidade específica, nos moldes do TSE, dotada de corpo funcional próprio para avaliar e acompanhar o desenvolvimento das demandas socioambientais.

Com as informações prestadas pelas unidades deste Tribunal (processos SEI nº 0001143-85.2021.6.02.8000 e 0001695-89.2017.6.02.8000) e com base no Plano de Logística Sustentável do TRE-AL, a teor do que dispõe a Resolução CNJ nº 201/2015, é o relatório.